



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / XI ( \_\_\_ª)

PERGUNTA

Número \_\_\_\_\_ / XI ( \_1\_ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /200\_\_

O Secretário da Mesa

Assunto: **Aquisição da Arriva pelo operador público ferroviário alemão**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Uma das consequências das liberalizações decididas a nível europeu é a concentração dos sectores estratégicos do conjunto dos países da UE nas mãos do grande capital europeu. Um bom exemplo disso é o sector de transportes e logística. A linha de propaganda neoliberal foi utilizada em todos os países da mesma forma: as maravilhas da concorrência; a competição a proporcionar competitividade, a reduzir custos para os utentes e melhorar os serviços, etc.

Mas à medida que os mercados se «liberalizavam», as companhias iam sendo privatizadas, compradas e recompradas, terminando por ser absorvidas pelas grandes empresas multinacionais.

Não por acaso, os dois maiores operadores mundiais na área da logística e transportes passaram a ser alemães: a Deutsche Post/DHL (correios alemães) e a Deutsche Bahn (caminhos de ferro alemães). Juntos, estes grupos representam já o grosso do sector na Europa. Estas duas empresas são no essencial ainda controladas por capital do próprio Estado Alemão.

Dois factos recentes, em empresas a operar em Portugal, vêm confirmar este caminho: a DB, por via da aquisição do capital da transnacional Arriva, acaba de tomar o controlo dos Transportes Sul do Tejo e de entrar no capital do grupo Barraqueiro e do Metro do Porto, ao mesmo tempo que se intensificam as notícias do seu interesse na CP Carga.

Este caminho tem sido responsável pela perda de soberania nacional, pela liquidação do aparelho produtivo e pela subordinação do desenvolvimento económico nacional aos interesses das grandes multinacionais europeias.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, o seguinte:

1. Quais são exactamente as participações sociais que a Arriva detém em empresas do sector dos transportes e logística em Portugal, e que passam agora a estar sob o controlo da empresa pública alemã de transporte ferroviário Deutsche Bahn?
2. Qual a veracidade das notícias de que o Governo se prepara para vender a CP Carga à Deutsche Bahn?
3. Como vê o Governo este processo de concentração monopolista à escala europeia?

Assembleia da República, 05 de Maio de 2010.

O Deputado:

Bruno Dias